

Concessões ao Congresso na votação do pacote terão de ser compensadas com aumento de impostos

À Agência Globo

A resposta do governo a políticos e servidores que estão reagindo à cobrança de contribuição dos inativos para a Previdência poderá ser aumento de impostos e mais cortes nas verbas de custeio e investimento. O alerta é do ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas (PFL-BA), que começa, na quarta-feira, a negociar a aprovação da reforma previdenciária e das medidas anunciadas na semana passada. A elevação das contribuições pagas por trabalhadores rurais e cooperativas de trabalho e o fim da isenção para operadoras de planos e seguros de saúde e entidades que se intitulam filantrópicas, mas têm fim comercial, estão num pacote a ser enviado ao Legislativo para elevar em R\$ 2 bilhões anuais a arrecadação do INSS.

Há margem de negociação com o Congresso em algum dos pontos das mudanças que estão sendo propostas em relação à Previdência?

Waldeck Ornelas — O Congresso costuma refletir o que a sociedade quer. A sociedade quer aprovar as medidas. Ainda que surjam avaliações precipitadas do ponto de vista individual, por um ou outro parlamentar, as suas bases vão pressioná-lo para que ele aprove essas medidas. Não há margem de negociação. Primeiro, porque isso representa um conjunto do esforço fiscal necessário. Se houver negociação, tem que ser compensado ou com aumento de impostos, que a sociedade não quer, ou com corte de despesas de custeio e investimentos, que nem a sociedade nem os parlamentares querem.

Por que a reforma da Previdência está sendo apontada como o principal ponto do Programa de Estabilidade Fiscal?

Waldeck Ornelas — A reforma da Previdência tem um efeito positivo, no primeiro ano, só no âmbito da União, da ordem de R\$ 3 bilhões. Por isso considero a reforma da Previdência o primeiro item do Programa de Estabilidade Fiscal. Se nós tivéssemos aprovado essa reforma há três anos, somente no INSS o efeito seria de R\$ 6,2 bilhões. No quinto ano, o efeito no âmbito do INSS é de R\$ 10,7 bilhões.

Ao anunciar a criação de uma alíquota de 9% para os servidores públicos que recebem mais de R\$ 1.200 e a

Jefferson Rudy 28.10.98



Ornelas: "O Congresso reflete a sociedade, que quer aprovar as medidas. Independente de posições individuais, as bases vão pressionar os parlamentares"

extensão das alíquotas de 11% e 9% para aposentados e pensionistas, o governo não estaria tentando resgatar a reforma da Previdência que foi em boa parte frustrada?

Waldeck Ornelas — A legislação já permitia a cobrança da contribuição tanto de ativos quanto de inativos. A proposta do governo não tem apenas o objetivo de reduzir custos. Também tem um profundo conteúdo de justiça social. Os fatores que levam ao desequilíbrio do sistema previdenciário no Brasil são a multiplicidade de regimes e a falta de sintonia entre as contribuições e benefícios. Com a reforma, todos vão ser iguais perante a lei, sejam trabalhadores do setor privado ou do setor público. A alíquota de contribuição de 11% é a mesma para os dois casos. Acima da parcela de R\$ 1.200, o servidor deve arcar integralmente com o custo no serviço público, porque

no setor privado o trabalhador vai para o fundo de previdência complementar, onde a empresa também participa, ou vai para o fundo aberto de pensão, onde ele arca integralmente com a contribuição.

Mas os inativos do setor privado não têm que contribuir...

Waldeck Ornelas — A diferença está nos inativos. Por que os inativos do setor público devem pagar? Porque têm direito a todos os aumentos de salário, inclusive gratificações de produtividade, dos servidores ativos. No setor privado não existe isso. O aposentado não paga, porque ele não tem esse mesmo tratamento. O funcionário público ativo ganha R\$ 1.000, contribui com 11% e recebe R\$ 890. O inativo leva R\$ 1.000. Trata-se de um estímulo à aposentadoria precoce, porque estando ele na inatividade, ganha mais do que na atividade.

Por que o senhor acha que o governo conseguirá

aprovar uma medida provisória ou um projeto de lei no Congresso Nacional que obriga os inativos a recolherem as mesmas alíquotas de contribuição dos inativos, se no atual período legislativo isso não foi possível?

Waldeck Ornelas — Porque a sociedade brasileira agora se deu conta de que o déficit previdenciário não é só do INSS. É sobretudo o déficit da previdência do setor público, cinco vezes maior que o do setor privado. Hoje, para cada R\$ 1,00 de contribuição arrecadada, a União contribui com R\$ 7,50. Esse é o subsídio que toda a sociedade, via impostos, está pagando.

O que o governo pretende fazer para aumentar a receita do INSS?

Waldeck Ornelas — Vamos tomar um conjunto de medidas institucionais que estão sendo objeto de estudos e negociações nesse

momento. Por exemplo, a contribuição rural está sendo objeto de reuniões com a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e com a CNA (Confederação Nacional da Agricultura). Hoje você tem, basicamente, um sistema bastante subsidiado. É uma área onde há seis milhões de aposentados e grande evasão fiscal na Previdência. Sabemos que o nível de subsídio tem que existir, mas o empregador e o trabalhador rural devem passar a contribuir de modo mais realista, até porque vamos ter contas individuais também para os trabalhadores do setor privado.

Que outros segmentos estão sendo revistos?

Waldeck Ornelas — Diversos, como as cooperativas de trabalho e os planos e seguros de saúde — que são isentos. Vamos acabar com brechas fiscais que levam à evasão. Nossa estimativa é de um aumento na arrecadação de R\$ 2

bilhões com essas providências. Estamos fazendo uma verdadeira varredura em todos esses segmentos, de modo que nós possamos preparar a Previdência Social para a regulamentação da reforma que será aprovada no próximo dia 4.

A alíquota de 11% e a contribuição adicional de 9% acima do limite de R\$ 1.200 para os servidores da ativa serão contabilizadas no cálculo da aposentadoria?

Waldeck Ornelas — Há uma conta individual de cada servidor. Estamos antecipando o que vai ser uma das características da regulamentação da reforma da Previdência. Vamos ter um sistema do setor público de benefício definido, com capitalização escritural individual, administrada inteiramente pelo governo, com uma taxa de capitalização que será a mesma do regime geral de Previdência Social. Quando se regulamentar a reforma, vamos estabelecer as regras definitivas. A alíquota que hoje é de 9% poderá subir ou descer de acordo com a opção pessoal de cada servidor. O que o servidor pagou antes vai ser creditado a ele. Se escolher depois algo que vai implicar numa redução, ele será beneficiado por já ter contribuído a mais antes. Se optar por um patamar maior, vai ter que complementar. De modo que isso vai valer para cada caso. Dois servidores ocupantes de um mesmo cargo, com a mesma idade, poderão ter alíquotas diferentes.

Alíquotas diferentes com benefícios diferentes?

Waldeck Ornelas — Se eu quiser me aposentar aos 70 anos e você quiser se aposentar aos 65, podemos nos aposentar com o mesmo valor, mas contribuir com alíquotas diferentes.

O que o senhor considera mais importante na reforma?

Waldeck Ornelas — A idade mínima e o tempo de contribuição. A pessoa não vai poder escolher uma idade de aposentadoria inferior à mínima. Mas ela pode, preenchido o seu requisito, trabalhar mais tempo e se aposentar com uma idade maior.

A pessoa não pode pegar uma superalíquota no auge da vida produtiva para se aposentar antes?

Waldeck Ornelas — Não antes da idade mínima e do tempo de contribuição mínimo. Até porque se tornaria muito caro e ninguém optaria por isso.